

LT-159

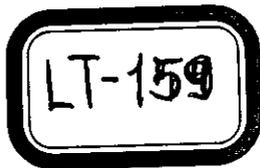


UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURA

**O PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM CONTEXTOS
MULTILINGUES: O CASO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE
XAI-XAI (1995-2005)**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Linguística na Universidade Eduardo Mondlane

Domingos Jaime da Silva Miambo



Maputo, 2006

O PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM CONTEXTOS
MULTILINGUES: O CASO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE XAI-XAI
(1995-2005)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de licenciatura em Linguística da Universidade Eduardo Mondlane

Por Domingos Jaime da Silva Miambo

Departamento de Linguística e Literatura
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: Dr. Eliseu Mabasso

U.E.M. - F.L.C.S.
A. E. 31996
DATA 6.12.06
AQUISIÇÃO Oleta
COTA LT-959
Maputo, 2006

O Júri:			Data
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	
<i>Ritelele</i>	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>	20/11/06

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Dedicatória

Ao meu pai que em vida foi um grande pai, que sempre me ensinou o valor de “ir à escola”.

À minha esposa Célia e filhos Shannaya e Júnior que pacientemente prescindiram da minha atenção durante a realização do trabalho.

Aos meus irmãos Milagre, Miceles, Pedro, Fernando, Idalina e Celeste.

A todos o meu muito obrigado pelo carinho e amor sem os quais talvez este dia nunca mais chegaria.

Termo dedicando postumamente à minha mãe que nunca tive a sua ternura, carinho, conselhos e ensinamentos, mesmo assim guardo-a no imaginário. Rogo à Deus, Pai misericordioso que a tenha do seu lado.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de endereçar um gesto de profunda gratidão ao meu supervisor, mestre e amigo Dr. Eliseu Mabasso, pela inteligência e orientação crítica, e acima de tudo o interesse desinteressado com que trabalhou comigo. Aliás, é a ele que devo em última instância a materialização desta dissertação, pois, ele não só indicou-me as directrizes a seguir para a realização do trabalho. Também obrigado por ter entendido o “divórcio” que as vezes eu tinha com a tese devido “à questões profissionais”.

Os meus agradecimentos estendem-se a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

A todos cuja informação e aconselhamento ajudaram sobremaneira neste trabalho.

A minha irmã Celeste pela ajuda nos momentos de desalento em prosseguir em frente este trabalho. E, sobretudo a minha esposa Célia Mutemba, meus filhos Shannaya e Júnior aos quais devo imensa gratidão e reconhecimento de esposo, pai e amigo.

Enfim, gostaria de alistar neste espaço, todos quanto tiveram um papel preponderante neste trabalho, mas receio não consegui-lo.

Lista de Abreviaturas

AMARC.....	Associação Mundial das Rádios Comunitárias
ICS.....	Instituto de Comunicação Social
INE.....	Instituto Nacional de Estatística
INDER.....	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
IEC.....	Informação, Educação e Comunicação
INDE.....	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
JNSPC.....	Joint Nutrition Program
LCMA	Lingua de Comunicação Mais Ampla
PEBIMO.....	Projecto de Ensino Básico em Moçambique
RC.....	Rádio Comunitária
RC's.....	Rádios Comunitárias
RM.....	Rádio Moçambique
RM-EP.....	Rádio Moçambique, Empresa Pública
UNDP/PNUD.....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO.....	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNICEF.....	Organização das Nações Unidas para o apoio à Criança
UNFPA/FNUAP.....	Programa das Nações Unidas para as actividades da População

Sumário

O papel dos Meios de Comunicação Social Públicos, está claramente definido e descrito na legislação nacional, o que já não acontece com o caso das Rádios Comunitárias.

No entanto, o protagonismo e a importância das Rádios Comunitárias em benefício do desenvolvimento das comunidades onde estas se encontram inseridas, tem assistido a um crescimento bastante significativo e este facto tornou de extrema importância a reflexão sobre o papel das Rádios Comunitárias num contexto multilíngue, e no caso particular da Província de Gaza – Rádio Comunitária de Xai-Xai, no período compreendido entre 1995 – 2005 (10 anos de implantação da Rádio Xai-Xai).

A inexistência de uma “planificação/política linguística” para as Rádios Comunitárias esteve na origem desta reflexão, visto que as Rádios Comunitárias jogam um papel muito importante, especialmente a nível local, seja na educação e sensibilização da comunidade, na divulgação de informações diversas para os “rádio-ouvintes”, e ainda no acompanhamento e cobertura dos acontecimentos relevantes ligados às comunidades.

O trabalho está constituído por seis capítulos, obedecendo a seguinte estrutura:

O capítulo I constitui a introdução, onde se apresentam o objectivo, importância, a motivação e contribuição, o problema e as hipóteses deste estudo.

No capítulo II faz-se uma contextualização geral do estudo, onde se descreve a situação linguística de Moçambique, historial, tipos e características da Radiodifusão Comunitária em Moçambique e a contextualização da RC de Xai-Xai.

O capítulo III é o da revisão bibliográfica onde se apresentam e são discutidos alguns conceitos pertinentes.

No capítulo IV são referenciados os metodologias de recolha dos dados e apresenta-se também a informação sobre os dados e os informantes.

O capítulo V destina-se à apresentação, análise e discussão dos dados.

Finalmente no capítulo VI apresentam-se as conclusões e recomendações do estudo.

ÍNDICE

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Lista de Abreviaturas.....	iv
Sumário.....	v
CAPITULO I – INTRODUÇÃO	
1.1. Introdução.....	1
1.2. Objectivos e Importância do Estudo.....	3
1.3. Motivação e Contribuição do Estudo.....	5
1.4. Problema e Hipóteses.....	6
CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	
2.1. Algumas notas sobre a Situação Linguística de Moçambique.....	8
2.2. A Língua Portuguesa.....	10
2.3. As Línguas Bantu.....	12
2.4. Breve Historial da Radiodifusão Comunitária em Moçambique.....	14
2.5. Características da Rádio Comunitária em Moçambique.....	17
2.6. Tipos de Rádio Comunitária em Moçambique.....	18
2.7. Contextualização da Rádio Comunitária de Xai-Xai.....	20
2.7.1. Breve Resumo sobre o surgimento da rádio.....	20
2.7.2. Perfil da Estação da Rádio.....	21

CAPÍTULO III – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Rádio Comunitária.....	24
3.2. Comunidade Linguística.....	26
3.3. Política e Planificação Linguística.....	27
3.4. Política Linguística de Moçambique.....	31
3.5. Exemplos de Política e Planificação Linguística.....	35
3.5.1. Política e Planificação Linguística na Rádio Moçambique.....	37

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS

4.1. Conhecimento Geral do Campo de Pesquisa.....	39
4.2. Caracterização dos informantes.....	40
4.3. Dados Gerais sobre os informantes.....	40
4.4. Constituição do corpus.....	41
4.4.1. Os Inquéritos.....	41
4.4.2. As entrevistas.....	42
4.4.3. Pesquisa Documental.....	43

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

5.1. Apresentação dos Dados.....	44
5.1.1. Relativamente à Programação das Emissões da RC Xai-Xai.....	44
5.1.2. Relativamente à Audiência dos Ouvintes.....	44
5.1.3. Relativamente às Reacções dos ouvintes quanto a programação da RC Xai-Xai.....	45
5.1.4. Reacções Sobre as Emissões Exclusivas em Língua Portuguesa na RC Xai-Xai.....	46

5.1.5. Reacções sobre as emissões em Línguas Bantu na RC Xai-Xai.....47

CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. Conclusões.....54

6.2. Recomendações.....56

Bibliografia.....57

Anexos

Anexo I. Guião de Entrevistas para os Ouvintes da RC Xai-Xai.....i

Anexo II. Guião de Entrevistas para os Colaboradores da RC Xai-Xai.....iii

Anexo III. Dados dos Informantes.....v

CAPITULO I – INTRODUÇÃO

“Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”

(Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 74 de 1990)

1.1. Introdução

O presente estudo visa, essencialmente, fazer uma abordagem sobre o papel que as Rádios Comunitárias, doravante tratadas neste estudo como RC, desempenham na comunidade linguística da província de Gaza, e no caso particular da Rádio Comunitária de Xai-Xai, num contexto multilingue, em que várias línguas convivem no mesmo espaço geográfico.

Assim, ao longo da dissertação, mostraremos de que forma, no caso específico da RC de Xai-Xai (RC Xai-Xai), se aborda esta questão linguística, sobretudo no aspecto concernente à forma como os apresentadores, coordenadores, voluntários e a própria comunidade fazem face à esta situação.

É de realçar que após a independência nacional de Moçambique, as autoridades políticas instituíram uma “política linguística” que elevou a língua do ex-colonizador (português) ao estatuto de língua oficial, com argumento da preservação da unidade nacional entre os moçambicanos, sem contudo atribuir um estatuto especial para as línguas bantu faladas no país.

Depois de muitos anos em que a tónica do debate era sobre as línguas nacionais, o estado moçambicano decidiu incorporar no artigo nº 5 da Constituição da República de 1990 uma passagem que expressa a vontade política de promover as línguas bantu faladas no

país, senão vejamos, no seu nº 2 diz o seguinte: “O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos” (LOPES, 1999:106).

Segundo o autor supramencionado a cláusula 2 da referida Constituição enquadra-se no espírito de Política de *permissão orientada para a manutenção* e, é inovadora, mas não suficiente para permitir que as línguas bantu sejam mantidas e desenvolvidas.

Tomando como base a prescrição da Constituição da República de 1990, no concernente ao papel das línguas bantu faladas em Moçambique, traçou-se uma série de medidas, a vários níveis, que culminaram com a definição de formas de valorização/utilização das mesmas nos diversos sectores da sociedade moçambicana nomeadamente, na educação (como língua de ensino, ainda que seja numa fase experimental e não em todo o país, no ensino primário), na Comunicação Social e outras áreas afins.

Assim, face a este novo ordenamento sócio-político, tem-se assistido, de algum tempo à esta parte, em várias esferas da nossa sociedade sobretudo em ambientes informais, a utilização das línguas bantu faladas em Moçambique, o que tem demonstrado uma nova sensibilidade em relação ao papel destas línguas no nosso quotidiano, atendendo que grosso dos moçambicanos é analfabeto relativamente ao conhecimento da língua Portuguesa.

Segundo FIRMINO (2000), somente 6% da população têm o Português como língua materna, 9% falam com mais frequência e 73% da população rural não sabe falar esta língua.

Porém, continua evidente a utilização quase exclusiva do Português em quase todos os sectores formais da sociedade moçambicana, o que tem excluído a maioria da população de participar na dinâmica colectiva do país.

1.2. Objectivos e Importância do estudo

Partindo do pressuposto de que a Comunicação Social é vital para os sectores sociais e económicos, pretendemos reflectir sobre a contribuição que a rádio comunitária pode dar para o desenvolvimento do país e se ela no cumprimento da sua missão que é a de informar, atingi a maioria da população o que passaria pela utilização das línguas bantu faladas naquele ponto do país.

É desta forma que o presente trabalho cujo tema é “O papel das Rádios Comunitárias em contextos multilingues: O caso da Rádio Comunitária de Xai-Xai, no período compreendido entre 1995 – 2005” pretende:

(i) mostrar até que ponto a Rádio Comunitária de Xai-Xai, recorde-se que foi a primeira Rádio Comunitária instalada no país, e transmite na sua programação matérias que vão ao encontro dos “rádio-ouvintes” e da comunidade em geral do ponto de vista linguístico, tendo como parâmetros o ano de 1995, data da criação da Rádio e o ano 2005, portanto 10 anos de existência da Rádio;

(ii) fornecer informações/subsídios que sejam úteis para as discussões acerca das políticas linguísticas neste órgão de Comunicação Social em particular.

Este estudo reveste-se também de capital importância na medida em que vai trazer as linhas de orientação para o ajustamento das políticas e planificação linguística na RC de Xai-Xai.

Assim, ao propormos a investigação deste tema, partimos do pressuposto de que é comum nas zonas rurais, e no caso concreto do aspecto linguístico haver “conflitos” de convivência linguística, entre as línguas moçambicanas e não só, bem como, com a língua oficial (o português), sobretudo como veículo de transmissão de informações.

Aliás, toda e qualquer estratégia de comunicação e divulgação tem que se coadunar com a realidade linguística e cultural do território, com vista a ser verdadeiramente abrangente e eficaz, pois só assim estaria em consonância com as questões colocadas por BORDENAVE (1982) sobre o que deve ser a Comunicação Social, pois segundo este autor, comunicação social é aquela que cumulativamente tem as seguintes características:

- I. Se ela responde às necessidades reais dos indivíduos;
- II. Se oferece oportunidades de expressão a todos os sectores da população;
- III. Se estimula realmente o crescimento da consciência crítica e a capacidade participativa do indivíduo.

Deste modo, com esta investigação, iremos procurar contribuir para indicar alguns subsídios que estarão por detrás deste “conflito”, e não só, bem como os mecanismos para superar essas assimetrias.

1.3. Motivação e Contribuição do Estudo

Partindo do pressuposto que o nosso país é de tradição oral, achamos este estudo pertinente na medida em que poderá nos ajudar na compreensão de estratégias que estão sendo adoptadas para aliar esta tradição com a escrita, para que as populações tenham acesso à informações, aliás, um direito inalienável, se considerarmos que só há pouco tempo é que a ortografia das línguas bantu faladas no país foi objecto de padronização.

A escolha da Rádio Comunitária deveu-se ao facto deste meio de Comunicação Social, na nossa maneira de pensar, constituir um instrumento mediático sem par, sobretudo nas zonas rurais.

É neste contexto que a nossa escolha recaiu sobre a RC Xai-Xai, por ser a 1ª rádio Comunitária instalada no país, onde o tratamento das línguas bantu a nível da Comunicação Social começa a ser posto em causa. Doravante, ainda não existe um estudo mais profundo sobre esta situação, visto que o potencial desta comunidade não fala fluentemente o Português.

O nosso interesse é de saber quais as vantagens, problemas e perspectivas para o futuro, no que respeita as emissões, em línguas bantu, na RC de Xai-Xai.

A presente abordagem poderá também contribuir para uma melhor reflexão sobre a necessidade de promoção constante das línguas bantu de Moçambique e se possível a elevação destas línguas ao estatuto de línguas oficiais devido a sua importância e o papel que desempenham na comunicação, bem como no desenvolvimento social e económico de Moçambique, concretamente no combate para a redução da pobreza absoluta.

1.4. Problema e Hipóteses

O português é a língua mais usada na emissão da maior parte dos programas radiofónicos em Moçambique. Porém as línguas bantu têm algum espaço na RC Xai-Xai através dos programas *Mabulu, Xigutsa Xa Wutomi, Kuyakana, Xithocozele, Mahungu, Karingana wa Karingana, Ntini e Guiguigui*.

Os programas em apreço são dirigidos aos ouvintes da província de Gaza.

A RC de Xai-Xai apresenta na sua rádio, programas em Português, Changana e Chope.

Com base em observação cuidadosa dos vários programas da RC Xai-Xai, constatou-se a existência de alguns problemas relativamente à escolha de línguas bantu a serem usadas na emissão de programas, de modo que estas sejam mais abrangentes em oposição ao Português, em termos de redistribuição do tempo de antena das várias rubricas, pois de acordo com FIRMINO (2000) a actual situação linguística na província de Gaza mostra que o Xichangana é a língua bantu com maior número de falantes seguindo-se o Cicopi.

Assim, face aos problemas linguísticos constatados apresentam-se as seguintes hipóteses:

- a. Se tivermos em conta a actual situação linguística da comunidade linguística de Gaza no que concerne ao número de falantes, então o Português não é uma língua que abarca a maioria dos ouvintes da RC Xai-Xai.

- b. Se, para além do Português se optasse por um maior número de programas em Changana e/ou Chope, então seria possível abranger um número de rádio-ouvintes não falantes do Português.

CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

2.1. Algumas notas sobre a Situação Linguística de Moçambique

Moçambique é um país multilingue, onde coexistem diversas línguas bantu juntamente com a língua Portuguesa e outras.

Embora a língua portuguesa seja língua oficial de Moçambique, esta é falada por apenas 40% da população. A percentagem de pessoas que actualmente têm o português como sua língua materna, ou a língua mais falada em casa é bastante reduzida: 6,5% e 8,8% respectivamente (cf. INE:1999).

Pode-se assim dizer que as línguas nacionais dominam a comunicação quotidiana entre os moçambicanos. Porém o rico e diversificado mosaico linguístico e cultural moçambicano não se confinam rigidamente aos limites geográficos circunscritos pelas províncias que integram cada zona. Isto significa portanto que, mais de 90% dos moçambicanos têm uma relação com as línguas moçambicanas.

O 1º Seminário de Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas, realizado em 1988, tinha proposto padronizar a ortografia de 13 línguas moçambicanas. Porém, ao longo do trabalho, verificou-se um caso em que havia línguas inicialmente consideradas como línguas, e depois constatou-se serem dialectos de uma das “13 línguas”, devendo para o trabalho serem consideradas e tratadas em separado. É o caso do grupo Tsonga (inicialmente concebido como língua Tsonga), e que acabou desdobrando-se em Ronga,

Changana e Tswa. Tendo por este feito cada um destes sido considerado língua. Pelo menos assim aparece no Relatório Final do Seminário. Nós pensamos que este estudo ainda não responde as necessidades reais de Moçambique.

Contudo, em Moçambique há uma diversidade e multiplicidade de línguas e culturas, o mesmo que acontece nos outros países da região. Segundo LOPES (1999), basta observar que até agora, ninguém foi capaz de dizer exactamente quantas línguas e variantes bantu são faladas em Moçambique, principalmente porque ainda não foi realizado nenhum estudo dialectológico de grande escala nesta parte do mundo.

Por essa razão, continua a fazer falta um atlas linguístico exaustivo de Moçambique, o que dá lugar a um contexto aberto a todo o tipo de leituras e interpretações. Apesar disso, é opinião unânime dos linguístas que em Moçambique existem línguas bantu que co-existem de uma forma assimétrica e competitiva com as línguas portuguesa, francesa, inglesa e asiáticas.

Dentre as línguas faladas no país, “as línguas bantu constituem a maioria tanto a nível de falantes como da sua distribuição a nível territorial” (LOPES, 1999:87).

2.2. A Língua Portuguesa

Em Moçambique, o Português implantou-se desde o século XV, com a penetração mercantil portuguesa. A colonização, enquanto processo de subjugação de um povo sobre o outro, teve as suas linhas mestras bem traçadas, ou seja, objectivos a alcançar bem delineados – exploração política e económica dos povos. Entretanto, este domínio não só se fazia nestas áreas, como também no ramo linguístico e cultural (LOPES, 1999).

Na área linguística todas as actividades de planificação linguística eram direccionadas exclusivamente para o português o que provocou pesadas consequências no que respeita ao desenvolvimento das línguas bantu.

O afastamento das línguas bantu dos meios de decisão político-económicos provocou também uma limitação do seu desenvolvimento léxico-conceptual. Esta tendência era agravada pelo facto da introdução da comunicação escrita e da escolarização formal se ter processado apenas na língua portuguesa.

A aprendizagem da língua administrativa era geralmente tornada acessível a um reduzido número da população e o seu domínio era um dos critérios para uma relativa ascensão social (formação de “elites moçambicanas”, “assimilados”, etc...).

Na óptica de KATUPHA (1985) e LIPHOLA (1988), após a independência nacional, a língua portuguesa continuou a desempenhar um estatuto especial ao nível institucional, concedendo um estatuto elevado aos indivíduos que a falassem. Ela passa a ser falada em

quase todo o país sobretudo nas cidades e zonas urbanas sucedendo o inverso em relação as línguas bantu que foram confinadas a círculos distritais.

É assim que a língua portuguesa se constitui como língua da vida pública compreendendo a administração, sistema educativo e meios de comunicação social, enquanto as línguas bantu se restringem, geralmente, aos domínios das relações de família, vida social tradicional, rituais religiosos, etc.

De acordo com FIRMINO (2002), a língua portuguesa que foi institucionalizada, numa primeira fase, como sendo um idioma dos domínios “altos” passou a fazer parte dos domínios de comunicação (formal e informal).

Ainda, segundo FIRMINO (2002), a língua portuguesa é a segunda mais falada a seguir ao Macua, por uma população estimada em 24,4%, sendo que 1,2% da população fala a língua como língua materna e a restante percentagem da população de uma forma bilingue.

Nota-se que dos censos populacionais dos anos 1980 e 1997 o número de falantes tem vindo a aumentar significativamente, mercê do estatuto que ela ostenta, visto que constitui um veículo primordial para a ascensão social e política podendo trazer repercussões económicas a quem a fala (opcit: 2000).

Na óptica de KATUPHA (1985), LIPHOLA (1988) e FIRMINO (2002), a língua portuguesa assumiu o estatuto de língua oficial de Moçambique desde a proclamação da independência nacional, funcionando até hoje, em todos os domínios formais, nomeadamente, na Política, no Governo, na Administração Pública, na Educação, na Comunicação Social entre outras áreas privilegiadas.

2.3. As Línguas Bantu

As línguas bantu de Moçambique, segundo GUTHRIE (1967/1971) compreendem quatro zonas e oito agrupamentos linguísticos principais. Esta classificação é fundamentalmente baseada em critérios geográficos e genealógicos.

Segundo DOKE (1967), os grupos são conjuntos de línguas com traços fonéticos e gramaticais comuns mais ou menos salientes, e têm um alto grau de intercompreensão.

De acordo com a versão oficial e actualizada da situação linguística, do INE (1999), Moçambique possui 18 línguas bantu mais predominantes. Estas línguas foram consideradas principais porque permitem que “um indivíduo viajando pelo país, pode encontrar e o podem ajudar a comunicar, socializar e até sobreviver em cada uma das regiões” (Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique, 2000:39).

Ainda a este respeito da quantidade de línguas bantu faladas no país, vários autores tiveram posicionamentos diferentes. MARINIS (1981) frisou que era possível reduzir o número de línguas bantu moçambicanas a basicamente quatro línguas maiores (Macua,

Tsonga, Nyanja-Sena e Shona) e quatro línguas menores (Makonde, Yao, Chope e Guitonga). Porém, YAI (1983) conseguiu identificar treze línguas, e KATUPHA (1984), apesar de não fazer coincidir com os agrupamentos linguísticos indicados por MARINIS (1981), referiu-se também a oito agrupamentos linguísticos.

Por seu turno, NGUNGA (1987) desafia a associação feita pelos seus antecessores entre O Nyanja e o Sena como dois dialectos de uma língua, afirmando que seria prematuro dizer categoricamente qualquer número que fosse relativamente à quantidade de línguas que se diz falar no país. Portanto, como se pode deprender face à estas controvérsias sobre o número de línguas faladas no país, é imperioso que se façam estudos mais aprofundados sobre a matéria.

Nós concordamos com NGUNGA (1987), pois relativamente ao Nyanja vs Sena que ocupam espaços diametricamente opostos e distantes como poderiam ser dialectos da mesma língua.

Em termos de número de falantes de cada língua bantu a nível nacional (cf. FIRMINO: 2000), é possível concluir que existem grupos linguísticos mais amplos que outros. Neste rol, encontram-se as seguintes línguas com maior número de falantes:

Língua	Nº de falantes	Percentagem
Macua	4.007.010	24.8%
Sena	1.807.319	11.2%
Changana	1.799.614	11.2%

Fonte: FIRMINO, 2000

Apesar destes dados e considerando o facto de Moçambique ser um país de elevada diversidade linguística, isto é, existem muitas línguas que convivem no mesmo espaço, na óptica de LOPES (2004), torna-se difícil analisar a situação recorrendo a práticas utilizadas em outros contextos, em que se classificam as línguas com maior número de falantes em “línguas maioritárias” e as línguas com menor número de falantes em “línguas minoritárias”.

Segundo este autor, isto tem a ver com o facto de o cálculo do número de falantes e a cobertura percentual relativamente ao número total da população requerer abordagens analíticas mais sofisticadas.

Para além da língua portuguesa e das línguas bantu, a história de Moçambique tornou possível a integração de línguas estrangeiras como um bem adquirido no cenário linguístico nacional e que, geralmente, os linguistas da praça apelidam de “outras línguas”, encontrando-se nesta situação, a língua inglesa, francesa e as línguas asiáticas.

2.4. Breve Historial da Radiodifusão Comunitária em Moçambique

Moçambique, felizmente, apresenta um ambiente político que permite a criação e o funcionamento de meios de comunicação social no geral e de estações de RC em particular, pese embora o facto de não existir, ainda, uma legislação que aborde, de forma específica, esta forma de radiodifusão.

Assim, em 1977, o então Ministério da Informação, criou o Gabinete de Comunicação Social cuja a vocação principal era a divulgação da informação sobre o campo e a

promoção do desenvolvimento das populações camponesas. Em 1989, por imperativos de reorganização e de forma a imprimir uma maior dinâmica às intervenções de comunicação em prol do desenvolvimento, é extinto o Gabinete e em sua substituição é criado o ICS, através do decreto nº 01/89, de 27 de Março.

Dentre e vários, um dos objectivos essenciais foram a promoção do fluxo de informação entre as comunidades locais e entre estas e a comunidade nacional.

Neste contexto, segundo SALES (2003) a criação de RC's em Moçambique, torna-se possível através do “casamento” de 2 leis fundamentais, nomeadamente a lei de Imprensa (18/91 de 10 de Agosto) e a lei das Associações (8/19 de 18 de Julho).

Para esta autora, a lei de imprensa é o principal instrumento legal que regula o exercício da área de imprensa em Moçambique. Esta concede aos cidadãos a liberdade de criar meios de comunicação social, tendo, entre outros objectivos, os seguintes (nos termos das alíneas a), b) e c) do seu artigo 4):

- (i) a consolidação da unidade nacional e a defesa dos interesses nacionais;
- (ii) a promoção da democracia e da justiça social;
- (iii) a elevação do nível de convivência social, educacional e cultural dos cidadãos.

A lei das associações refere, no seu preâmbulo, que o direito à livre associação constitui garantia básica da realização pessoal dos indivíduos em sociedade e está estabelecido no número 1, do artigo 76, da Constituição da República como uma das liberdades

fundamentais dos cidadãos. Isso significa que os cidadãos podem-se constituir em associações e estas, por seu turno, terem entre o seu património, uma Rádio Comunitária como uma ferramenta de importância capital para o alcance dos seus objectivos.

No caso particular de Moçambique, o Historial da Radiodifusão Comunitária surge entre os finais da década de '70 e princípios de '80, em zonas rurais, de centros de comunicação social munidos de um equipamento para a transmissão, no sistema de amplificação do som, do noticiário da Rádio Moçambique e o programa "Aldeia Comunal", produzido pelo próprio Gabinete de Comunicação Social e que era transmitido no canal da Rádio Moçambique em Português:

Assim, em 1995 com a instalação em Xai-Xai de um emissor de ondas hertzianas de 50 W, no âmbito de um projecto financiado pelo UNICEF, que visava a ligação escola-comunidade, pois estas são as transformações dos tradicionais centros de comunicação social que estavam munidos de altifalantes e estavam distribuídos em alguns bairros periféricos das cidades e nas aldeias comunais quase que em todo o país (cf. ICS: 2004).

Com o surgimento da RC de Xai-Xai e a sua posterior inauguração em 27 de Dezembro de 1995, incentivou-se o surgimento de muitas outras rádios comunitárias a nível nacional, havendo hoje cerca de 31 estações com cariz comunitário em todo o país.

2.5. Características da Rádio Comunitária em Moçambique

Considerado um dos países mais pobres do planeta, com uma das mais baixas rendas por habitante e com um tecido social em reconstrução, após décadas de conflitos armados, Moçambique é hoje um dos poucos países africanos que, tendo alcançado a paz, rapidamente se tornou num verdadeiro modelo de democratização, particularmente na área da liberdade de expressão e de imprensa.

Segundo SALES (2003), os antecedentes históricos demonstram que Moçambique foi, durante muito tempo, um país sem fortes tradições em termos de produção e disseminação de informação de interesse público com o envolvimento directo das comunidades, entre os finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, a tendência foi a de instalação de jornais de grandes tiragens ou de estações de rádio com emissores de longo alcance.

A par das definições segundo as quais Rádio Comunitária é um meio de comunicação **da, para e pela** comunidade (cf. AMARC, 1995:11), em Moçambique nem todas as Rádios designadas de *Rádios Comunitárias*, preenchem os 3 aspectos desta definição em termos de actividades, pois, TAIMO (2004) refuta este postulado na medida em que, por exemplo, as Rádios católicas em Moçambique, fazem programas com voluntários da comunidade e programas para a comunidade, mas as rádios pertencem à igreja. As Rádios Comunitárias do estado moçambicano também não pertencem às comunidades, mas ao estado.

Entretanto, é de senso comum que o grande objectivo deste tipo de rádios é que as RC's trabalham para assegurar um desenvolvimento sociocultural, político e económico na comunidade.

Para além destas características, a RC em Moçambique identifica-se por ser:

- (i) Imparcial, envolve a participação da comunidade na programação e gestão;
- (ii) transparente, preconiza o pluralismo e democracia, sem fins lucrativos, promotora de mudanças de atitude, faz troca de experiências com outras rádios, e
- (iii) leva em conta as necessidades dos ouvintes e do desenvolvimento na linguagem da rádio (cf. TAIMO, 2004:7).

2.6. Tipos de Rádio Comunitária em Moçambique

De acordo com o relatório do extinto INDER (INDER, 1998:1), em Moçambique a maior parte da população vive nas zonas rurais. O acesso à informação e comunicação entre grupos de interesses, sejam eles de carácter-económico, social, cultural e religioso é um dos elementos relacionados com a auto-organização das comunidades.

Assim, o governo encara a comunicação em prol do desenvolvimento rural como um instrumento fundamental para a promoção dos principais objectivos do seu programa quinquenal. A comunicação social desempenha um papel activo na consolidação da unidade nacional, na promoção dos valores culturais e do desenvolvimento sócio-económico do país.

No caso particular de Moçambique, a maior parte das cerca de 30 estações de RC em actividade, nas regiões Norte, Centro e Sul, estão intrinsecamente ligadas ao serviço religioso ou foram iniciadas pelo ICS, apesar de receber apoios de organismos não governamentais, tais são os casos da UNESCO, PNUD, FNUAP...

Assim, em Moçambique existem basicamente 4 tipos de RC:

- (i) as instaladas pelo estado através do ICS;
- (ii) as instaladas pela Igreja Católica, mas com orientação comunitária;
- (iii) as criadas por associações cívicas, com um financiamento de doadores;
- (iv) e uma Municipal, localizada em Nacala, província de Nampula. (SALES, *opcit.*)

Portanto, podemos concluir que devido ao carácter do próprio conceito de Rádio Comunitária, quase todas as estações de rádio dependem fortemente de financiamentos exteriores.

Assim, de acordo com o relatório compilado por SELEMANGY (2003), sobre o estudo do panorama do pluralismo dos Média encomendado pelo projecto de desenvolvimento dos Média da UNESCO/PNUD, no país haviam, em 1999, um total de 91 iniciativas de meios de comunicação social, dentre as quais 20 eram estações de rádio com orientação comunitária e poucas rádios comerciais e estações de televisão.

2.7. Contextualização da Rádio Comunitária de Xai-Xai

2.7.1. Breve resumo sobre o surgimento da rádio

A RC de Xai-Xai¹ foi inaugurada a 27 de Dezembro de 1995, com objectivo de dar a comunicação para o desenvolvimento e informações sobre os acontecimentos da vida da população, principalmente local.

A RC Xai-Xai funcionou nos primeiros dois meses com uma programação experimental, passando paulatinamente a introduzir novos programas dentro da filosofia do projecto Rádios Comunitárias. A estrutura desta rádio é composta por 3 divisões:

- (i) de produção e programação;
- (ii) a de Jornalismo e reportagem;
- (iii) e comercial.

No intuito de mostrar a abrangência desta rádio, achou-se importante indicar a superfície total da província de Gaza, os limites fronteiriços, a densidade populacional, bem como o número de habitantes em cada distrito/município de acordo com o último Censo Populacional realizado de 01 a 15 de Agosto de 1997.

A província de Gaza tem uma superfície de 75.709 Km², tendo como limites a Norte-Manica, Sul-Maputo, Oeste-RSA, Este-Oceano Indico e com 1.062.380 habitantes (cf. INE:1999), sendo redistribuídas da seguinte forma:

¹ A Rádio Comunitária de Xai-Xai ou Rádio Xai-Xai, foi instalada como rádio local graças a um acordo assinado entre o ICS e a RM-EP, em que o UNICEF fez o donativo de um emissor de 1 KW em 1993, pelo que tudo indica, este foi o prenúncio do surgimento de uma Rádio Comunitária naquela zona.

- Cidade de Xai-Xai com cerca de 99.442 habitantes;
- Bilene Macia tem cerca de 133.173 habitantes;
- Chibuto tem cerca de 164.791 habitantes;
- Chicualacuala cerca de 33.284 habitantes;
- Chigubo tem 13.405 habitantes;
- Chókwé tem cerca de 173.277 habitantes;
- Guijá tem cerca de 57.217 habitantes;
- Mabalane com cerca de 25.464 habitantes;
- Mandlakaze tem cerca de 161.147 habitantes;
- Massangená cerca de 13.300 habitantes;
- Massingir com cerca de 22.284; e
- Xai-Xai tem cerca de 165.596 habitantes.

2.7.2. Perfil da Estação da Rádio²

Nome da rádio: Rádio Comunitária Xai-Xai (Rádio Xai-Xai)

Slogan: A rádio de todos nós

Frequência: 774 Khz

Raio de Cobertura: 125 Km

Área de cobertura: toda a cidade de Xai-Xai (onde está instalado o centro emissor e o estúdio da rádio); distrito de Xai-Xai, de Chibuto a 73 Km da cidade de Xai-Xai, sede do distrito de Manjacaze a 56 Km, distrito de Chokwé a 121 Km do centro da cidade de Xai-

² Estas informações foram-nos facultadas pelo Sr. Ariel Macuacua, coordenador da RC Xai-Xai, em 09.02.2004

Xai e Mabalane, distrito da Macia, mas com algumas interferências na região norte (Massangena, Chicualacuala e Chigubo).

Conteúdo editorial: Programas de carácter informativo, educativo, formativo, de diversão e desportivo que preconizam a comunicação para o desenvolvimento através da produção e disseminação de materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC).

Línguas de emissão: Português, Changana e Chópe.

CAPÍTULO III – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na óptica de JANE (1990)³, o meio de comunicação a escolher para a transmissão de uma dada informação depende da disponibilidade e daqueles que são do alcance do público-alvo. Depende também dos prazos e recursos disponíveis aos produtos das mensagens.

Em 1989 o extinto Gabinete de Comunicação Social, realizou um estudo para a JNSPC, nas zonas verdes de Maputo. Este estudo pretendia identificar as preferências da população em relação aos meios de comunicação e suas aspirações sócio-económicas.

Numa outra abordagem, JANE (1990) afirma que, grande número da população, mesmo a não alfabetizada, tem ouvido a rádio, principalmente para escutar programas culturais, nomeadamente música popular. Na generalidade, a escuta tem sido colectiva nas famílias, para aquelas que tiveram a sorte de comprar um aparelho radiofónico, ou em aldeia, para o caso das que possuem uma rádio comunitária que serve toda a aldeia ou bairro comunal.

Deste modo, no desenvolvimento deste trabalho, certos termos técnicos exigem uma prévia explicação, tais são os casos dos seguintes conceitos: *Rádio Comunitária, Comunidade Linguística, Política Linguística, Planificação Linguística*, entre outros.

³ No estudo feito por este autor *rádio* é o meio de comunicação de massas mais popular e o mais utilizado, mas as mensagens dirigidas por este meio nem sempre atingem toda a população.

3.1. Rádio Comunitária

A rádio tem um papel muito importante na sociedade, tendo como base a formação e informação do público e a preservação e valorização do património socio-cultural do país.

Uma Rádio Comunitária é definida como uma estação de radiodifusão da comunidade, instalada na comunidade. “O conceito de comunidade é confuso e mal entendido e, principalmente não está a ser considerado na carga histórica que transporta. Ele deriva de “community”, conceito da administração colonial inglesa que pretendeu separar o “moderno” do tradicional. Em Moçambique, em alguns casos, os membros da comunidade foram tratados como iguais e o indivíduo desaparece. Actualmente é reconhecido que o conceito de participação comunitária é um dos mais controversos no âmbito da problemática de desenvolvimento, e que tem sido utilizado com significados por vezes contraditórios” (cf. VALÁ, 1998:18)

Por isso, a programação e manuseamento (utilização) da rádio é da responsabilidade de actores locais (população, organizações, instituições-culturais, escolas, igrejas, saúde, etc...) e que prestam serviço em prol do desenvolvimento da comunidade.

Segundo o relatório do ICS (1998), a RC é um serviço de radiodifusão mas sem fins lucrativos, embora seja gerido com a participação da comunidade, estas rádios respondem as necessidades da comunidade, serve e contribui para o desenvolvimento de uma maneira progressista promovendo a mudança social, a democratização da comunicação

através da participação da comunidade. Todavia, de acordo com este relatório, esta situação varia conforme as condições sociais em que a estação opera.

Entretanto, quem parece dar uma definição mais sistematizada sobre as RC's é a AMARC (opcit), definindo-a como aquela que é da comunidade (isto é os membros da comunidade são donos e decidem o conteúdo) feita pela comunidade (têm produtores dos programas que tratam os assuntos comunitários) e para a comunidade (os ouvintes) pois, na óptica destes, a comunidade é um grupo geograficamente baseado e/ou grupo social ou sector público que tem interesses comuns específicos.

Para GOGO (1998), o que define uma RC são os objectivos que ela persegue, "Democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que a nossa sociedade seja mais democrática."

Assim, de acordo com este ponto de vista, podemos concluir que a RC é uma emissora eminentemente local, de alcance específico para uma comunidade urbana ou rural, de interesses comuns-culturais, económicos, religiosos, políticos, etc... dentro de um mesmo território.

A RC é um bem social, independentemente da instituição que a financia ou apoia (privado, estatal, público, cooperativo) e isto faz com que a comunidade se aproprie da rádio e a considere sua de forma legítima.

Estas definições de RC, parecem-nos já tentar mostrar um distanciamento com as rádios públicas, pois pensamos nós que a transmissão de informações das RC's é feita de uma forma horizontal, isto é, com a intervenção da comunidade, diferentemente das rádios públicas em que se usa a forma vertical, isto é, quem decide sobre qualquer procedimento é a direcção da rádio.

3. 2. Comunidade Linguística

Uma comunidade linguística é constituída por repertórios linguísticos. Ela é heterogénea. Este repertório de comunicação, segundo WARDHAUGH (1992) pode ter formas linguísticas variadas, comportando diversas variantes ou mesmo diferentes línguas. Isto significa que, para pertencer a uma comunidade, não é obrigatoriamente necessário partilhar o mesmo código linguístico, mas sim partilhar as mesmas normas e percepções de comunicação à disposição dessa comunidade. Quer dizer, o critério puramente linguístico não é suficiente para estabelecer a base de definição de uma comunidade linguística.

A construção de uma língua e de uma comunidade linguística será feita com base em factores não somente gramaticais, mas também em factores socioculturais diversificados. GUMPERZ (1962) à respeito do conceito de comunidade linguística introduz a noção de *área linguística* que a vê como sendo um grupo social monolíngue, bilingue ou plurilingue que deve a sua coesão à frequência e à densidade da interacção social.

Tendo em conta as perspectivas enunciadas pode-se inferir que a comunidade linguística não se define apenas em termos linguísticos, mas sim tendo em consideração o contexto social, ou seja, as percepções sócio-históricas e atitudinais dos falantes subjacentes ao uso das línguas.

3.3. Política e Planificação Linguística

A Planificação Linguística sempre obedece a uma Política Linguística, por isso os dois conceitos são indissociáveis.

De acordo com GARMADI (1983), a Política Linguística é um instrumento usado pelo Estado para regulamentar as línguas que devem ser faladas no país, sobretudo quando se verificarem problemas linguísticos, ou na tentativa de preveni-los.

Um dos problemas das políticas linguísticas, é segundo BAMGBOSE (1991), a declaração de *política sem implementação*, isto é, declara-se a política, mesmo se sabendo que não existem condições para a sua implementação, ou não são criadas as condições para a sua implementação.

A política linguística é conduzida através da planificação linguística que desenha actividades tendo em vista a implementação dessa política linguística.

Tanto a política linguística, como a planificação linguística são aprovadas e divulgadas pelo Governo e/ou o Parlamento, cabendo aos linguistas a sua implementação por via de actividades de planificação linguística.

Muitas vezes, quando se trata de definir uma política linguística, sobretudo em África, os governos adoptam, geralmente, a língua do ex-colonizador como língua oficial, por achá-la “língua neutra” alegadamente para evitar o surgimento de problemas étnicos entre as populações, visto que muitos são multilingues e pluriculturais.

Segundo WARDHAUGH (1992), a *Planificação Linguística ou Planificação de Corpus* procura desenvolver uma variedade de uma língua ou uma língua criando as condições necessárias para essa língua servir para todas as funções possíveis na sociedade.

Ainda sobre o mesmo conceito, WEISTEIN (1980) citado por APPEL & MUYSKEN (1987) afirma que, a planificação linguística é o funcionamento da língua na sociedade. Ela é autorizada e sustentada pelo governo com o objectivo de resolver o problema de comunicação. A prossecução deste objectivo envolve recursos e decisões muito complexas que visam interferir numa língua ou variedade fazendo com que ela tenha um estatuto superior em relação às outras línguas ou variedades.

Quanto ao estatuto que as línguas gozam na sociedade, elas podem ser línguas nacionais ou oficiais dependendo de alguns factores influenciadores. Alguns dos factores que

determinam o estatuto de língua nacional ou oficial, são segundo BAMGBOSE (1991), (i) *integração vertical*, (ii) *aceitabilidade* e (iii) *população*.

Integração vertical – Consiste nas necessidades das elites e as massas. Na planificação linguística há duas vias para a integração vertical: a dessiminação da língua da elite que se encontra no poder; a utilização de uma das línguas amplamente faladas (procurar integrar as elites e as massas).

Aceitabilidade – Consiste na aceitação de uma língua, pela sua abrangência, dentro do país.

População – este factor na essência, modelo de língua maioritária vs língua minoritária. Qual é o melhor modelo que põe a população em vantagem ou desvantagem. Alguns estudiosos advogam que a língua minoritária é que deve ser escolhida, por ninguém estar em vantagem. Portanto, todos ficam em igual circunstância, mas a adopção da língua minoritária vai elevá-la a língua maioritária.

A planificação linguística é influenciada por seis factores, segundo APPEL & MUYSKEN (1987), nomeadamente:

Factor social-demográfico – inclui o número de línguas faladas, o número dos seus falantes e a sua distribuição geográfica;

Factor linguístico – tem a ver com o estatuto de uma língua e as características e similaridades entre elas. O estatuto de uma língua tem a ver com o grau do seu desenvolvimento, como a tradição literária;

Factor Sócio-Psicológico – tem a ver com as atitudes das populações acerca da língua.

As atitudes são consideradas para a distribuição social das línguas na comunidade linguística e o seu significado social junto de várias línguas;

Factor Político – existe uma relação directa entre a política geral e a política linguística.

Factor Religioso – o uso das línguas locais para a expansão da religião.

Todos estes factores conjugam-se com o factor económico, que tem a ver com a disponibilização, por parte dos governos, de verbas destinadas a suportar as planificações linguísticas. Todavia, independentemente das condições económicas, uma planificação linguística pode avançar com sucesso ou fracasso.

Outros elementos a ter em consideração nas planificações linguísticas é a questão das ideologias.

Segundo COBARRUBIAS (1983) citado por WARDHAUGH (1992), são quatro as ideologias que determinam a tomada de decisões sobre a planificação linguística, nomeadamente, *assimilação linguística, pluralismo linguístico, vernacularização e internacionalismo.*

Assimilação linguística – consiste na crença que um indivíduo tem para a aprendizagem da língua dominante na sociedade, sem ter em conta a sua origem.

Pluralismo linguístico – o reconhecimento segundo o qual mais de uma língua serve para a condução da vida na sociedade e tem como base o *indivíduo* ou o *território*, ou a combinação entre ambos.

Vernacularização – restauração ou criação de uma língua indígena e sua adopção como língua oficial, e

Internacionalismo – adopção de uma LCMA tanto como língua oficial, assim como para a educação e/ou o comércio.

3.4. Política Linguística de Moçambique

"A definição de uma política linguística de qualquer país é determinada por diversos factores entre os quais históricos, culturais, económicos e outros" (NGUNGA, 1987:66).

Em África, logo após as independências nacionais, as autoridades políticas nem sempre observaram todos estes factores acima indicados, quando se tratou de definir uma política linguística para o país.

É por isso que a situação actual na maior parte dos países africanos, com excepção de Madagáscar, Ruanda e países árabes, é caracterizada pela existência de diferentes línguas maternas africanas, geralmente, não transcritas nem estandarizadas, e por uma língua europeia elevada ao estatuto de língua oficial, dominada somente por uma minoria da população, a qual coincide com a elite político-económica do país.

Aliás, segundo BAMGBOSE (1991), estes são problemas típicos das políticas linguísticas em África – *evitação, arbitrariedade, vaguidão, declaração sem implementação e flutuação.*

Ainda neste rol de definição de uma política linguística, FISHMAN (1968) advoga que um dos factores envolvidos na determinação do estatuto de língua nacional ou oficial de um país é o *nacionismo vs nacionalismo* que têm a ver com a autenticidade e eficiência da língua, respectivamente.

Uma vez que as línguas dos ex-colonizadores tinham maior dinamismo comunicativo, isto é, eram mais eficientes, pois permitiam contactos entre as elites políticas do país com o estrangeiro, então optou-se por elas para serem línguas oficiais ou nacionais relegando para o plano secundário as línguas bantu.

Em Moçambique, a lógica seguida na definição das políticas linguísticas, foi a mesma adoptada em África. É nesse contexto que, logo após a independência nacional em 1975, as autoridades políticas instituíram uma política linguística que elevou a língua portuguesa como língua oficial, com o argumento da preservação da unidade nacional entre os moçambicanos e a integridade do território. Ademais, a língua em questão, apesar de ser estrangeira na origem, tinha indubitavelmente a enorme vantagem de ser neutra o que lhe outorgava um estatuto de factor de unidade e nivelador das diferenças.

Importa referenciar que a questão da política linguística de Moçambique era e, quiçá continua a ser um assunto menos sensível do que tantos outros que enfermam a vida nacional e é por essa razão que, na primeira “Constituição da República, lei fundamental do Estado Moçambicano, nada vem referenciado sobre as línguas, sejam as bantu seja o Português” (NGUNGA, 1987:67).

Já na Constituição da República de 1990 abrem-se novos horizontes sobre a política linguística do país, pois é confirmado o Português como língua oficial e abrem-se novas perspectivas (embora não claras) para a promoção das línguas bantu faladas no país.

Assim, o artigo 5, ponto nº 1 da Constituição da República diz que:

“Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”. O ponto nº 2 do mesmo artigo versa o seguinte:

“O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos”.

Em relação a língua portuguesa, o seu estatuto é claro, ela continua adstrita aos domínios formais, tais como, Educação, Administração Pública, Comunicação Social, Estado, etc., enquanto que no concernente as línguas bantu não está bem claro qual é realmente o estatuto que estas línguas gozam, pois o governo não clarifica como elas serão promovidas e desenvolvidas.

Apesar desta ambiguidade, algo está sendo feito, apesar de serem acções muito pontuais, mas que tendem para a sua valorização.

É neste âmbito que segundo o INDE (1997), o Ministério da Educação desenhou o PEBIMO que deliberou a introdução das línguas nacionais no ensino em 1992 como estratégia para melhorar a qualidade do ensino.

Ainda enquadradas nas actividades de planificação linguística, segundo NGUNGA (1987), foi introduzido, oficialmente na Universidade Eduardo Mondlane, pela primeira vez na história das línguas bantu faladas em Moçambique, um curso experimental de Tsonga, estando prevista a introdução gradual de cursos de outras línguas à medida que se forem obtendo novos resultados da investigação em curso naquela instituição.

Outra iniciativa de valorização e promoção das línguas bantu tem a ver com a questão de revitalização linguística, que de acordo com KAPLAN & BALDAUF, Jr. (1997:63) e PAULSTON, et al (1993) citados por LOPES (2004), implica uma viragem de tendências no uso da língua, viragem essa com enfoque nos contextos em que determinada língua passa a ser usada com mais proeminência.

Deste modo, tanto LOPES (1997), como FIRMINO (2002) defendem a oficialização das línguas bantu faladas em Moçambique para que possam ostentar o mesmo estatuto que a língua portuguesa, pois só assim permitiria a integração dos falantes destas línguas na prossecução dos anseios do país.

3. 5. Exemplos de Política e Planificação Linguística

Qualquer que seja a pretensão de institucionalizar uma política linguística e realizar actividades de planificação linguística é preciso basear-se em experiências similares.

A rádio tem um papel muito importante na sociedade, tendo como base a formação e informação do público e a preservação e valorização do património socio cultural do país.

Segundo SITOE et al (1995), o plurilinguismo da sociedade moçambicana subdivide-se em 3 grupos em relação às línguas usadas:

- (i) falantes apenas das línguas moçambicanas (75% da população);
- (ii) falantes apenas da língua portuguesa (1,2%);
- (iii) falantes das línguas moçambicanas e língua Portuguesa (23,2%).

Assim, para este autor em termos de distribuição da população em zonas urbanas e rurais e do seu grau de instrução, temos que: 86,8% vivem no campo, contra os 13,2% vivendo nas cidades. Destes 86,8%; 53% frequentavam a escola e destes 43% com o ensino primário apenas.

O ano de 1957, foi particularmente significativo para a história da radiodifusão em Moçambique, por ter sido nele que se deu o início às primeiras emissões numa língua nacional moçambicana. Tratou-se de um conjunto de programas em língua ronga patrocinados por diversas empresas interessadas em promoverem a venda de rádio-

receptores, com particular ênfase para a população residente na área de Lourenço Marques. BARBOSA (1991).

Nos anos '80 a rádio já cobria todo o território com emissores provinciais ou interprovinciais a transmitirem nas cidades capitais em línguas moçambicanas e na língua portuguesa, pois já desde o período pós colonial que a rádio é o meio de comunicação mais importante em línguas moçambicanas.

Para et al (1995), a escolha de uma língua e de línguas para fins de comunicação não depende apenas do factor número de falantes mas também da sua tradição, do seu significativo grau de expressão geográfica, da sua função veicular, do seu peso cultural e histórico para a vida do país.

Em 1975, na conferência de Macomia, definiu-se a rádio como primeira prioridade entre todos os meios de informação e propaganda naquela época; assim, se já nessa altura se reconhecia a rádio como principal instrumento de informação e propaganda e a sua importantíssima função de esclarecimento e mobilização dos combatentes e das largas massas, esse papel deve ser devidamente recuperado para os grandes objectivos da informação, formação, recreação e democracia.

É assim que vamos ter em consideração a política e planificações linguística na RM.

A RM é simplesmente o primeiro órgão de comunicação social público a implementar uma política e planificação linguística que consiste na utilização das línguas nacionais

nas suas emissões, sobretudo nas suas delegações provinciais. Por estes e outros motivos achamos pertinente seguir este exemplo, aliás o nosso enfoque é também sobre as Rádios Comunitárias mesmo não estando sob tutela da RM.

3.5.1 Política e Planificação Linguística na Rádio Moçambique

A RM tem uma rede nacional de emissores em todas as capitais provinciais e emite os seus programas na língua oficial e línguas locais. A emissão nacional emitida a partir da capital do país, cidade de Maputo, utiliza exclusivamente o Português para transmitir os seus programas, enquanto as delegações provinciais, de acordo com SITOIE et al (1995) para além do Português, utilizam as línguas locais, com maior número de falantes por estas estarem em condições de satisfazer e cobrir as necessidades de comunicação na sua zona.

Estamos cientes que a utilização destas línguas na radiodifusão vai ao encontro das expectativas de muitos moçambicanos, uma vez que elas conseguem transmitir os sentimentos e cosmovisões da maioria, daí estarmos de acordo com LOPES (1997: 26), quando afirma que “todas as línguas faladas nativamente por moçambicanos têm igual valor e são capazes de exprimir quaisquer pensamentos e conceitos. Elas devem ter os mesmos direitos e ser utilizadas em vários domínios”.

Segundo DIMANDE (2003), citado por PEDRO, Jr. (2005) a RM transmite em 19 línguas moçambicanas a saber: *Ciyao, Emakhuwa, Shimakonde, Kimwani, Cinyanja,*

*Elómwè, Cinyungwe, Cindau, Cisena, Cimanyika, Citewe, Cibarue, Cicopi, Gitonga,
Xirhonga, Xichangana, Kiswahili e Echuwabo.*

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS

Para a efectivação do estudo em causa e obtenção de resultados satisfatórios o presente estudo teve como base a seguinte metodologia de investigação: pesquisa documental, trabalho de campo (recolha de dados a partir de inquéritos e entrevistas), análise, descrição e discussão dos dados recolhidos.

4.1. Conhecimento Geral do Campo de Pesquisa

No âmbito deste estudo impunha-se-nos, a priori, que delimitássemos os locais onde fariamos a recolha de dados, identificássemos os informantes e o tipo de informação pertinente.

Dado que o nosso objectivo ao formular a presente reflexão era de demonstrar as vantagens e os problemas da utilização das línguas bantu nas emissões da RC Xai-Xai, era pertinente que escolhêssemos espaços, caracterizados por uma aglomeração popular onde fosse possível encontrar, simultaneamente, os falantes de Changana, Chope e Português.

Em função destas características, identificamos, de forma aleatória, alguns pontos de concentração da cidade de Xai-Xai, em particular os mercados formais e informais.

Para sustentar a recolha de dados atendendo a sua preponderância na análise dos dados, optamos também pela pesquisa documental que, de acordo com NGUNGA (1998), é um

o método que consiste num trabalho de pesquisa bibliográfica sobre o que existe publicado acerca do assunto em estudo.

Com intuito de analisar as emissões em línguas bantu, no que concerne aos programas da RC Xai-Xai, tendo em vista a constatação de vantagens, problemas e quais as perspectivas no futuro, recolheu-se informações que nos permitiram fazer uma análise sobre o seguinte:

- 
- a) Saber se as pessoas ouvem a RC Xai-Xai
 - b) Conhecer os programas mais ouvidos
 - c) Razões
 - d) As reacções sobre as emissões em língua portuguesa
 - e) As reacções sobre as emissões em línguas bantu
 - f) As perspectivas futuras em relação às emissões em línguas bantu

4.2. Caracterização dos informantes

Aqui dá-se as indicações sobre quem são os informantes, quantos são e como foram seleccionados, sua localização e representatividade das camadas sociais (género, idade, grau de escolaridade e ocupação).

4.3. Dados Gerais sobre os informantes

As entrevistas foram direccionadas a 31 informantes, no período compreendido entre Fevereiro 2003 e Maio 2004, dentre os quais 02 colaboradores da Rádio Comunitária e 29 indivíduos da comunidade. Assim, de forma aleatória (fomos entrevistando pessoas

ocasionalmente, as quais acederam conversar connosco), este processo permitiu-nos ter uma diversidade da amostra para a elaboração do nosso trabalho.

Deste universo 18 são do sexo feminino e 13 do sexo masculino, e as idades variam dos 21 aos 61 anos.

A escolha de informantes da faixa etária entre 21 e 61 anos deveu-se ao facto de, quanto a nós, neste intervalo de idade as pessoas terem capacidade de crítica ao nível das suas responsabilidades no quotidiano, podendo discernir sobre quais as prioridades para si e para o país.

4.4. Constituição do corpus

Para o tratamento dos dados utilizamos a abordagem qualitativa que, quanto a nós, é a mais consentânea para o presente estudo, o que nos levou a adoptar as seguintes técnicas de recolha de dados: *inquéritos, entrevistas e análise documental*.

4.4.1 Os Inquéritos

Os inquéritos foram individuais e serviram para efectuar o pré-teste que nos permitiu identificar a população alvo que posteriormente seria sujeita às entrevistas. Os inquéritos consistiram num questionário, registados por escrito, segundo o roteiro do questionário pré-codificado.

4.4.2 As entrevistas

As entrevistas foram do tipo semi-abertas (um tipo de entrevistas em que o entrevistador usa um guião contendo uma listagem de perguntas básicas), pois estas dão possibilidade ao entrevistado de ir para além do que lhe é perguntado pelo entrevistador, podendo tecer alguns comentários acerca do assunto em questão, esta técnica permite também que o entrevistador meça as condições (emocionais, ambientais) em que ocorre a entrevista e toma notas sobre factos interessantes que observa durante o trabalho.

Por fim, esta técnica permite que o entrevistador intervenha para dissipar algumas dúvidas que o entrevistado apresenta ao longo da entrevista, esperando-se que não tenha havido um factor perturbador interferido na fiabilidade dos dados que pretendíamos colectar (vide anexos I, II).

Assim, as entrevistas visavam a obtenção de uma maior diversidade de opiniões sobre as percepções, atitudes e perspectivas dos ouvintes sobre a programação da RC Xai-Xai, emitidas em línguas bantu e portuguesa e foram feitas em ambientes informais.

Para a recolha de dados tivemos que elaborar 02 guiões de entrevistas, sendo 01 para os ouvintes e outro para os colaboradores da RC Xai-Xai.

Os guiões usados para a recolha de informações constituem o anexo do presente trabalho.

4.4.3 Pesquisa Documental

Consultamos o material documental existente que versa sobre o nosso objecto de estudo e bibliografia sobre a questão tratada, pois forneceu o acervo teórico indispensável para o desenvolvimento do trabalho.

CAPITULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

5.1. Apresentação de dados

5.1.1. Relativamente a programação das emissões da RC Xai-Xai

A RC Xai-Xai produz vários programas com a participação da comunidade, de colaboradores ou ainda voluntários, estes programas demonstram, a primeira vista serem muito interessantes e de grande qualidade.

No total existem 19 programas/rubricas na RC Xai-Xai, sendo:

6 (seis) em Changana, nomeadamente: *Mabulu, Xigutsa Xa Wutomi, Kuyakana, Xithocozele, Mahungu e Karingana wa Karingana;*

2 (dois) em Chope: *Ntini e Guiguigui;*

11 (onze) em Português: *Campo e desenvolvimento, estudantil, mensagens, notícias, cena aberta, repórter X, furacão, Xai-Xai em foco, a nossa rádio, o ouvinte e desporto.*

Todavia, o programa em Changana *Karingana wa Karingana* é transmitido em cadeia com o Emissor Interprovincial de Maputo e Gaza, cujo o emissor está localizado na província de Maputo.

5.1.2. Relativamente à audiência dos ouvintes

Para a elaboração da nossa dissertação, foi importante acima de tudo procurar saber o grau de auscultação da rádio pelos ouvintes.

No questionário administrado, relativamente a pergunta 3 do anexo I “Escuta ou alguma vez escutou algum programa da RC Xai-Xai?” cerca de 70.9% correspondente a 22 indivíduos responderam que SIM, contra 7 equivalente a 23% que responderam NÃO e os restantes 2 correspondente a 6.1% NÃO RESPONDERAM.

Porém, para o entrevistado (OM-5)⁴, *respondeu NÃO, usando o argumento de não possuir este aparelho radiofónico, pois caso o tivesse haveria de escutar, pois já ouviu dizer que esta é boa.*

Por sua vez o entrevistado (OH-11), *disse que o fazia frequentemente, pois é o meio que tem para se divertir enquanto exerce as suas actividades.*

5.1.3. Relativamente as reacções dos ouvintes quanto a programação da RC Xai-Xai

Em relação a preferência dos ouvintes relativamente a programação da RC Xai-Xai e em resposta a questão nº 4 do anexo sobre quais eram os programas mais ouvidos e porquê, disseram que eram *Mabulu, Xigutsa xa Wutomi, Xithocozele e Furacão.*

Segundo os entrevistados as razões disso prendem-se com o facto de os programas *Mabulu, Xigutsa xa Wutomi, Xithocozele* serem emitidos em língua local, conforme o depoimento do entrevistado (OH-17) *para além disso são produzidos aqui em Xai-Xai, por pessoas que nós conhecemos, estas falam um Chagana puro, falam bem Changana.*

⁴ Por imperativos de ética, omitimos os seus nomes, identificando-os por códigos OH, OM, CH, CM, significando respectivamente, Ouvinte Homem, Ouvinte Mulher, Colaborador Homem, Colaborador Mulher. A numeração cardinal que vem a seguir ao traço de união é somente o indicativo de ordem dos informantes.

Outro interlocutor (OH-1) afirmou que também gostava de escutar o programa *Karingana Wa karingana é bom, faz rir mas as pessoas não falam aquele Changana bom, misturam com ronga, talvez por serem de Maputo.*

Todavia, para alguns inquiridos os programas como *Furacão* que falam exclusivamente em língua portuguesa não são abragentes, e segundo (OM-20) *nem tudo entendemos porque não é nossa língua.*

5.1.4. Reacções sobre as emissões exclusivas em Língua Portuguesa na RC Xai-Xai

As reacções sobre as emissões em língua portuguesa foram obtidas através da pergunta nº 6 do anexo I da entrevista direccionada aos ouvintes da RC Xai-Xai. *Os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que se devia introduzir mais programas em línguas bantu (Changana e Chope).*

Apesar deste ponto de vista geral, houve particularidades, por exemplo, o entrevistado (OH-14) disse que *não era nada bom para aqueles que não falam o português, como ele, porque ficavam excluídos de acompanhar os acontecimentos que ocorrem no país e no estrangeiro.*

Por outro lado, o entrevistado (OM-15) achava que *muitos moçambicanos, residentes em Gaza não falantes desta língua ficavam excluídos do acesso a informação. Era preciso que se fizesse algo para dar igual oportunidade aos falantes do changana para terem um maior acesso à informação.*

O entrevistado (OH-4), por sua vez disse que *era de opinião que constituía uma forma de impedir os não falantes do português que era a maioria dos moçambicanos de ouvirem rádio o que era muito lamentável.*

5.1.5. Reacções sobre as emissões em Língua Bantu na RC Xai-Xai

Sobre as opiniões dos ouvintes da RC Xai-Xai acerca das emissões em línguas bantu, fizemos a pergunta nº 7, cujos dados das respostas se apresentam:

Relativamente a esta questão 87.5% dos inquiridos disseram que a programação em Changana *era muito boa e que ia ao encontro das necessidades dos ouvintes, sobretudo os que não falam o português, que por sinal eram a maioria da população, pois apresentavam ensinamentos para a camada jovem, quer no aspecto linguístico, quer no que dizia respeito a convivência quotidiana.*

Dentre estes, o (OM-9) e (OH-29), foram mais explícitos e precisos. Por exemplo, o inquirido (OM-9), afirmou que para começar, *o programa "Mabulu" era interessante mas achava que devia haver mais programas desta natureza, e devia aumentar o tempo de antena do programa, pois, este programa durava apenas 1 hora, o que era muito pouco para interagir com os ouvintes.*

Por seu turno, o inquirido (OH-29), disse que *programas como "Xithocozele" eram muito bons, pois traziam ensinamentos às camadas mais jovens sobre práticas a serem seguidas e que os jovens não seguiam de forma a tirar ensinamentos destes.*

O (OH-16) afirmou que dentre muitos programas emitidos em Changana, *a introdução da língua chope na programação, exemplo Guiguigui era uma iniciativa louvável e que devia ser encorajada, pois abrangia uma grande parte dos residentes da província de Gaza, como era o caso dele*, este ouvinte acrescentou ainda que *com este programa, sendo sua língua, percebe/expressa-se melhor que na língua portuguesa, pois, facilmente retrata aspectos de nível emocional e até de satisfação social com maior facilidade.*

Para o colaborador (CH-18), em resposta a pergunta nº 1 do Anexo II sobre o que motivou a utilização das línguas bantu na RC Xai-Xai, disse que *a utilização da língua Changana numa primeira fase, e posteriormente a introdução do Chope, visavam alcançar dois objectivos: (i) a valorização das línguas nacionais e (ii) alcançar o maior número dos não falantes do português, sobretudo fazer algo para os não falantes desta língua.*

Quanto ao critério seguido para a escolha do Changana em detrimento do Chope, logo a partida para a emissão da programação, o (CM-7) afirmou que *se deveu a dois factores preponderantes: primeiro porque os proponentes eram maioritariamente falantes do Changana e em segundo lugar, em termos linguísticos, a língua da região com maior número de falantes era o Changana (cf. FIRMINO 2000).*

Os dados recolhidos através dos inquéritos sociolinguísticos e das entrevistas feitas aos ouvintes e colaboradores da RC Xai-Xai e tendo em conta as hipóteses formuladas no início desta abordagem, permitem-nos tecer as seguintes considerações:

A nível da audiência os programas mais ouvidos na RC Xai-Xai são “Mabulu”, “Xithocozele”, “Xigutsa xa Wutomi” e “Furacão”.

A justificação dada para sustentar estas preferências, tem a ver com o facto de os três primeiros programas deste canal radiofónico serem emitidos em línguas bantu, em particular o Changana e o restante ser destinado a jovens maioritariamente estudantes, mas com recurso a língua portuguesa.

Este ponto de vista dos entrevistados, em nossa opinião, mostra o quão são importantes as línguas bantu na sua comunicação diária e o papel que elas jogam no seu quotidiano, pois graças a estas línguas que os não falantes do Português têm acesso a informação radiofónica.

No que concerne ao sentimento sobre a continuação das emissões exclusivas em Português na RC Xai-Xai, foi opinião generalizada de que se devia também introduzir mais programas com uso das línguas bantu, visto que muitos moçambicanos, em particular residentes na província de Gaza, não tinham acesso à determinada informação ou outro tipo de programas, só porque não falam a língua oficial.

Na verdade, concordamos com NGUNGA (1987), quando afirma que “a língua Portuguesa não tem capacidade de traduzir fielmente a riqueza da nossa cultura”. Por seu lado, HONWANA (1983) sustenta que, é nas línguas bantu faladas no país onde melhor residem e se preservam os principais elementos que constituem a identidade cultural.

Portanto, a utilização das línguas bantu na RC Xai-Xai, não só vai permitir que muitos ouvintes que não falam o Português tenham direito à informação, como também contribuirá para a promoção e valorização destas línguas.

Na nossa óptica, o uso das línguas bantu nas emissões da RC Xai-Xai será visto como um direito humano, ao nível linguístico, que pode resultar dos direitos pessoais, legais e constitucionais. Os direitos linguísticos pessoais relacionam-se com os direitos de expressão individual.

A RC Xai-Xai ao emitir em língua bantu estará a cumprir com uma das suas missões que é de garantir a preservação, promoção e desenvolvimento dessas línguas. Aliás, qualquer língua, quando for preservada e valorizada, dignifica o povo que a fala e serve como identidade desse povo.

Uma vez que as línguas bantu desempenham várias funções na sociedade, a sua maior divulgação nas emissões da rádio irá contribuir para o alargamento do seu campo de intervenção, pois segundo WARDHAUGH (1992), a planificação linguística ou planificação de corpus procura desenvolver uma variedade de uma língua ou uma língua criando as condições necessárias para essa língua servir para todas as funções possíveis na sociedade.

Em nossa opinião, relativamente aos critérios a seguir para a escolha das línguas bantu a serem usadas na RC Xai-Xai, o critério *maior número de falantes* é pertinente, pois vai ao encontro daquilo que deve ser uma actividade de planificação linguística, visto que está em causa o *factor Social-Demográfico* (inclui o número de línguas faladas, o número dos seus falantes e a sua distribuição geográfica). Segundo APPEL & MUYSKEN (1987) este factor é um dos que influencia qualquer actividade de planificação linguística.

Na escolha de língua bantu elegíveis para a RC Xai-Xai, é preciso ter também em conta o factor população (indica o melhor modelo a escolher entre a língua maioritária e língua minoritária para que possa trazer vantagens ou desvantagens à população) que, segundo BAMGBOSE (1991) influencia na determinação do estatuto de língua nacional ou oficial do país. À este respeito, e tendo em vista resolver prováveis problemas de línguas, é nossa opinião que se aumentem substancialmente programas na língua minoritária *Chope*, de modo que ela possa também ter uma maior função na rádio, visto que há falantes desta língua que reclamam tal situação.

A criação de outras estações de rádio em Xai-Xai, dirigidas às populações destas regiões que não falam o Português poderia ajudar a responder algumas das questões colocadas por BORDENAVE (1982) sobre o que deve ser a Comunicação Social.

Se a RC Xai-Xai concretizar a pretensão dos entrevistados – aumento de emissão de programas em línguas bantu e uma maior radiodifusão na língua minoritária, então muitos dos ouvintes não falantes do Português terão satisfeitas umas das suas reais

necessidades – o direito à informação, oportunidade de expressão participando em debates, etc... e crescerá a consciência crítica e a capacidade de participação para a solução dos seus problemas e das comunidades.

Quanto a duração dos programas “Mabulu”, “Xithocozele” e “Xigutsa xa Wutomi”, por sinal os mais ouvidos, concordamos com o ponto de vista dos entrevistados que defendem o alargamento do tempo de antena porque, quanto a nós, é demasiado reduzido para tanta ansiedade dos ouvintes de escutarem programas em línguas bantu e que sejam suas línguas maternas.

No que respeita as razões que ditaram adopção das emissões em línguas bantu nas Rádios Comunitárias, principalmente na delegação de Xai-Xai (cf. Pg.48) é de louvar a decisão tomada pelas entidades responsáveis do ICS visto que, segundo FIRMINO (2000), somente 6% da população têm o Português como língua materna, 9% falam com mais frequência e 73% da população rural não sabe falar esta língua. Aliás, “as línguas bantu constituem a maioria tanto a nível de falantes assim como da sua distribuição a nível territorial” (LOPES, 1999:87).

Portanto, o uso das línguas bantu nas emissões da RC Xai-Xai, atendendo à realidade do país e as necessidades de um público real e não o idealizado, proporciona, oportunidades de acesso à informação aos falantes destas línguas, depois de muito tempo arredadas dela.

Tenhamos a coragem de dizer que as pessoas têm direitos iguais e suas línguas também têm valores iguais. Neste contexto, defendemos que as línguas bantu sejam preservadas, promovidas e desenvolvidas e que a rádio constitua um dos pólos da sua valorização.

Em nossa opinião, julgamos nós que os programas em Changana e Chope da RC Xai-Xai poderiam ser melhores, principalmente em termos de uma maior participação de pessoas da comunidade e a cobertura de eventos e notícias que, constantemente vão tendo lugar na província de Gaza.

Contudo, apesar de ouvir-se entre outras a Emissora Interprovincial de Maputo e Gaza, com sede em Maputo, os inquiridos são unânimes em afirmar que a RC Xai-Xai é boa porque fala exclusivamente dos problemas de Xai-Xai.

Todavia, deve ficar claro que estas acções em prol do Changana e Chope não devem ser vistas como uma campanha contra a Língua Portuguesa, pois, esta como língua oficial e de unidade nacional, não deve ser posta em causa. A relação entre a língua portuguesa e as demais línguas moçambicanas da qual faz parte o Changana, não pode ser encarada como uma relação de disjunção, isto é, ou Português ou Línguas Bantu, mas sim como uma relação de complementaridade.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. CONCLUSÕES

O presente estudo, cujo tema é “O papel das Rádios Comunitárias em contextos multilingues: O caso da Rádio Comunitária de Xai-Xai (1995-2005)”, propunha-se a (i) demonstrar as vantagens e os problemas da utilização das línguas bantu e (ii) fornecer subsídios que sejam úteis para as discussões acerca das políticas linguísticas, nesta rádio, em particular, e do país em geral.

Deste modo, as RC's são um meio privilegiado de comunicação social, pois numa situação como a de Moçambique onde a maior parte da população vive em níveis de extrema pobreza e, deste modo, não tem condições para comprar um jornal regularmente ou dispor de um televisor.

Num país onde a maior parte da população é analfabeta e, logo não sabe ler, escrever nem falar a língua portuguesa; onde a rede de comunicação é deficiente e, dessa maneira, não permite a ampla distribuição de jornais e revistas pelos distritos, localidades e municípios, às RC's apresentam-se seguidamente, como meio de comunicação social que mais facilmente pode atingir o público destinatário.

Assim, as RC's são um instrumento que concentra os processos de ensino-aprendizagem e de promoção do debate sócio-económico das comunidades, mais do que um simples meio de produção e difusão de programas radiofónicos.

De acordo com os dados recolhidos e analisados e tendo em conta as hipóteses formuladas no início desta reflexão, conclui-se que as emissões em línguas bantu, neste caso vertente em Changana e Chope para a RC Xai-Xai são certamente vantajosas porque de certa forma e mesmo não sendo suficientes, conseguem abranger pelo menos o primeiro grupo linguístico mais significativo da província de Gaza, dando-lhe oportunidades de acesso à rádio, facto que não seria possível se as emissões fossem exclusivas em Português, por um lado, e por outro contribuem para a promoção e valorização desta língua.

Contudo, há problemas concretos decorrentes das estratégias adoptadas para a selecção das línguas a serem objecto de emissões radiofónicas, sobretudo para a RC Xai-Xai, se tomarmos em consideração a actual situação linguística da província de Gaza, onde de acordo com FIRMINO (2000), em termos de número de falantes, o Changana está em primeiro lugar seguido do Português.

Deste modo, a RC Xai-Xai pode ser um vector de inclusão social linguística e quiçá um instrumento de promoção de desenvolvimento humano.

Os problemas constatados podem ser aproveitados para o ajustamento das políticas e planificações linguísticas neste meio de Comunicação Social e quiçá ao nível do país, de modo que estas sejam mais abrangentes e satisfatórias, dado que Moçambique tem uma multiplicidade linguística, como forma de integrar todos os cidadãos falantes de diversas línguas bantu, de igual modo, na dinâmica colectiva da nação.

6.2. Recomendações

Devido ao âmbito restrito da nossa investigação, visto que ela se propunha a (i) demonstrar as vantagens e os problemas da utilização das línguas bantu e (ii) fornecer subsídios que sejam úteis para as discussões acerca das políticas linguísticas, nesta rádio, em particular, e do país em geral, pensamos nós que não foi possível abarcar todas as situações que gostaríamos de abordar neste trabalho.

Por isso, recomenda-se que nos futuros trabalhos, o campo de investigação seja o estudo do impacto da utilização das línguas bantu nas rádios comunitárias, sobretudo numa altura em que todos nós devemos nos envolver no combate à pobreza absoluta no país.

Ao nível metodológico, recomenda-se o aumento da quantidade da amostra de dados e a necessidade da realização de pesquisas etnográficas junto dos informantes para melhor análise da problemática em estudo.

BIBLIOGRAFIA

- AMARC (Associação Mundial das Rádios Comunitárias). (1995). *Rádio Comunitária: Um guia prático*. Dakar-Senegal. [23-29].
- APPEL, R. & Muysken, P. (1987). *Language Contact and Bilingualism*. London: Edward Arnold.
- BAMGBOSE, A. (1991). *Language and Nation: The Language Question in the Sub-saharian Africa*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- BARBOSA, E. C. (1991). *A Radiodifusão em Moçambique: O caso do Rádio Clube de Moçambique (1932-1974)*. Maputo: UEM/ Fac. Letras (Tese de licenciatura).
- BORDENAVE, J.E.D. (1982). *O que é comunicação*. São Paulo: Editora Brasilense.
- DOKE, C.M. (1967). *Bantu, Modern Grammatical, Phonological Lexicographical studies since 1860*. London: International African Institute.
- FISHMAN, J. (1968). Nationality – nationalism and nation. In J. Fishman, C. Ferguson, and J. das Gupta (orgs) *Language Problems of Developing Nations*. New York: Wiley. [293-328].
- FIRMINO, G. (2000). *Situação Linguística de Moçambique*. Maputo: INE.
- _____ (2002). *A Questão Linguística na África pós colonial: o caso do Português e da línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- GAMARDI, J. (1983). *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: publicações Dom Quixote.
- GOGO, D.M. (1998). *No ar... uma Rádio Comunitária*. São Paulo: Publicações Paulinas.
- GUMPERZ, J.J. (1962). Types of Linguistics Communities. In Fishman (1968a) (orgs) and Gumperz (1971). *Anthropological Linguistics*. 4 (1), [28-40].
- GUTHRIE, M. (1967-1971). *Comparative Bantu*. London: SOAS, University of London

- HONWANA, L.B. (1983). *Contribuição para a definição de uma Política Linguística na R.P.M.* Maputo: Secretaria de Estado e Cultura.
- ICS. (1998). *Relatório de Pesquisa Qualitativa sobre a programação da Rádio Xai-Xai (3ª fase)*. Maputo: ICS.
- ____ (2004). *Estratégias para o desenvolvimento das Rádios Comunitárias em Moçambique*. Maputo: ICS.
- INDE (1997). *Relatório do debate sobre estratégias de introdução e expansão do ensino em línguas moçambicanas*. Maputo: INDE, Ministério da Educação.
- INDER et al. (1998). *Associativismo e Comunicação horizontal: Projecto de rede rural de Rádio e televisão (RRRTV)*. Maputo:INDER.
- INE (1999). *II Recenseamento Geral da População 1997 – Resultados definitivos*. Maputo, Moçambique.
- JANE, T. J. (1990). *História dos Meios de Comunicação em Moçambique*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo. (Tese de licenciatura).
- KATUPHA, J.M. (1984). *Alguns dados sobre a situação linguística na R.P.M. e as suas implicações para o desenvolvimento rural. (Comunicação apresentada no seminário sobre "População e Desenvolvimento Rural")*. Maputo:UEM.
- KATUPHA, A. (1985). *O panorama Linguístico de Moçambique e a contribuição da Linguística na definição de uma Política Linguística apropriada*.
In Lua Nova-Letras, artes e ideias. AEMO. [27-31].
- LIPHOLA, M. (1988). *As Línguas Bantu de Moçambique, uma pequena abordagem do Ponto de vista sócio-linguístico*. In Lua Nova – Letras, artes e ideias. AEMO. [33-37].

- LOPES, A.J. (1997). *Política Linguística: Princípios e Problemas*. Maputo: Livraria Universitária.
- _____ (1999). Language Situation in Mozambique. In Kaplan, R. & R. Baldauf Jr. (eds). *Language Planning in Malawi, Mozambique and Philippines*. Philadelphia: Multilingual Matters. [86-132].
- _____ (2004). *A batalha das Línguas. Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- MARINIS, H. (1981). *Línguas bantu: sua história e sua classificação*. Maputo: NELIMO, UEM.
- MOÇAMBIQUE. (1990). Diploma Ministerial nº 74. *Boletim da República*, I série, nº 44.
- NGUNGA, A.S.A. (1987). *As línguas Bantu de Moçambique*. In Limani 2, [59-70].
- _____ (1998). Investigação linguística como um exercício de relações humanas (Ms). Maputo: UEM
- _____ (s/d). Línguas nacionais no ensino oficial. *In Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2000*. Maputo: PNUD. [39-40].
- PEDRO, Jr. (2005). O uso das línguas bantu na televisão: o caso da TVM e TV Miramar. Maputo: UEM/Fac. Letras e Ciências Sociais (Tese de licenciatura).
- SALES, A.M. (2003). *Rádios Comunitárias e educação cívica em Moçambique*. Maputo: UNESCO/UNDP.
- SELEMANGY, A. (2003). *Integração e formação de produtores de programas em Rádio Comunitária*. Maputo: UNESCO/UNDP.

SITOE et al (1995). As línguas moçambicanas na Rádio Moçambique. Maputo:

Faculdade de Letras, UEM.

TAIMO, N.S. (2004). *Manual de pesquisa para as Rádios Comunitárias em*

Moçambique. Maputo. UNESCO/UNDP.

VALÁ, S.C. (1998). Os imperativos da participação Comunitária no desenvolvimento

Rural. In *Jornal Domingo*, nº 833.

WARDHAUGH, R. (1992). *An Introduction to Sociolinguistics*. Oxford UK &

Cambridge USA: Blackwell.

YAI, O. B. (1983). *Elements of a Policy for promotion of National Languages*. Report for

the Government of the People's Republic of Mozambique. Paris: UNESCO.

ANEXO I

GUIÃO DE ENTREVISTAS PARA OS OUVINTES DA RC Xai-Xai

I. Identificação dos Informantes

Código _____

Naturalidade _____

Local de Residência _____

Línguas que fala _____

Língua que fala com mais frequência _____

Língua (s) materna (s) _____

Nível de escolaridade _____

Idade _____

Sexo _____

Profissão/ Ocupação _____

II. Questões

1. Tem rádio?

2. Já ouviu falar de Rádios Comunitárias?

3. Escuta ou alguma vez escutou algum programa da RC Xai-Xai?

4. Quais são os programas que mais gosta de ouvir? Porquê?

5. Diga qual a língua que prefere ouvir na Rádio Xai-Xai. Porquê?

6. O que é que acha das emissões da RC Xai-Xai serem somente difundidas em Português?

7. O que é que acha das emissões da RC Xai-Xai, transmitidas em Changana e Chope?

ANEXO II

GUIÃO DE ENTREVISTAS PARA OS COLABORADORES DA RC Xai-Xai

I. Identificação dos Informantes

Código _____

Naturalidade _____

Local de Residência _____

Línguas que fala _____

Língua que fala com mais frequência _____

Língua (s) materna (s) _____

Nível de escolaridade _____

Idade _____

Sexo _____

Profissão/ Ocupação _____

II. Questões

1. O que motivou a utilização das línguas bantu (changana/chope), na RC Xai-Xai?

5

2. Qual o critério usado para que haja um maior número de programas em Português em detrimento do changana e chope?

3. Como é que dividem o tempo de antena nestas 3 línguas?

4. O que é que acha das emissões da RC Xai-Xai serem somente difundidas em Português?

5. O que é que acha das emissões da RC Xai-Xai, transmitidas em Changana e Chope?

ANEXO III

DADOS DOS INFORMANTES

CÓDIGO	NOME	LOCAL NASCIMENTO	IDADE	SEXO	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	LOCAL RESIDÊNCIA	NÍVEL ESCOLAR	LÍNGUA (S) MATERNA (S)
OH - 1	Manuel José	Chongoene	22	M	Estudante	Bairro 7	7ª Classe	Changana
OM - 2	Ana Massango	Zonguene	27	F	Estudante	Bairro 7	5ª Classe	Changana
OM - 3	Gilda António	Xai-Xai	32	F	Modista	Bairro 11	5ª Classe	Changana
OH - 4	Hélder Adamugy	Massangena	21	M	Estudante	Bairro 6	7ª Classe	Guitonga/ Portug.
OM - 5	Amélia Massango	Betula	39	F	Desempregada	Bairro 7	S/ esc.	Changana/Chope
OM - 6	Ana Mazivila	Banhine	33	F	Servente	Bairro 10	7ª Classe	Changana
CM - 7	Marta Sambo	Malehice	25	F	Jornalista	Bairro 7	7ª Classe	Changana/Ronga
OH - 8	Dário José	Xai-Xai	21	M	Estudante	Bairro 6	7ª Classe	Changana
OM - 9	Silvia Nhatilo	Chibuto	31	F	Desempregada	Bairro 7	5ª Classe	Changana
OM - 10	Paulina Mazive	Mazivila	30	F	Balconista	Bairro 10	5ª Classe	Changana
OH - 11	Miguel Uamusse	Bilene Macia	23	M	Empreg. Mesa	Bairro 7	7ª Classe	Changana/Ronga

OH - 12	Estevão Matusse	Pafuri	60	M	Líder religioso	Bairro 7	4º Rudiment	Changana
OH - 13	Angelo Siteo	Maputo	21	M	Estudante	Bairro 8	10ª Classe	Português
OH - 14	João Mabuango	Ntlavene	30	M	Guarda	Bairro 7	5ª Classe	Changana
OM - 15	Ralina Muianga	Xai-Xai	22	F	Escriturária	Bairro 6	7ª Classe	Changana
OH - 16	Domingos Mavie	Mavie	28	M	Desempregado	Bairro 10	7ª Classe	Chope
OH - 17	Simão Matavele	Xai-Xai	39	M	Desempregado	Bairro 11	4ª Classe	Changana
CH - 18	Ariel Macuacua	Xai-Xai	37	M	Jornalista	Bairro 8	12ª Classe	Changana
OH - 19	Feliciano Novela	Chidenguele	44	M	Líder Comunit.	Bairro 11	7ª Classe	Chope
OM - 20	Celina Cumbane	Chicumbane	40	F	Camponesa	Bairro 7	S/ escolarid.	Changana
OH - 21	Rui Sozinho	Macuacua	61	M	Líder Comunit.	Bairro 8	4º Rudiment	Changana
OM - 22	Rosa Manuel	Mabalane	27	F	Desempregada	Bairro 7	5ª Classe	Changana/guitong a
OM - 23	Mónica Fulano	Inhambane	29	F	Estudante	Bairro 6	10ª Classe	Chitswa/Changan a
OM - 24	Josina Mbendzane	Chimbazane	37	F	Desempregada	Bairro 7	S/escolarida	Chope/changana

OM - 25	Flora Pechisso	Xai-Xai	29	F	Desempregada	Bairro 10	5ª Classe	Changana
OM - 26	Milanita Nhanala	Chokwe	34	F	Vend. Informal	Bairro 7	5ª Classe	Changana
OM - 27	Zaituna Mabasso	Xai-Xai	23	F	Funcion Pública	Bairro 6	12ª Classe	Changana
OM - 28	Noémia Zavale	Chicualacuala	32	F	Servente	Bairro 10	5ª Classe	Changana
OH - 29	José Bernardo	Beira	24	M	Vend. Informal	Bairro 7	5ª Classe	Português
OM - 30	Olinda Messias	Xai-Xai	28	F	Desempregada	Bairro 6	7ª Classe	Changana
OM - 31	Anita Chaguala	Xai-Xai	21	F	Estudante	Bairro 7	7ª Classe	Changana